

A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

META

Demonstrar a constituição no Brasil de uma Sociologia da Educação.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

ser capaz de perceber a constituição de uma Sociologia da Educação no Brasil a partir de duas fases; identificar os traços características de cada fase.

PRÉ-REQUISITOS

Domínio dos conceitos basilares do pensamento sociológico relativo à Educação de Émile Durkheim, Karl Marx e Pierre Bourdieu.



INTRODUÇÃO

Caro aluno ou prezada aluna, até o momento estudamos autores estrangeiros e suas respectivas teorias sobre a Educação. Entretanto, surge uma questão: como o pensamento sociológico interpretou a educação brasileira? Dito de outro modo, como emergiu uma Sociologia da Educação no Brasil? Nesta aula discutiremos a constituição desse pensamento social. Podemos afirmar que foi via a Educação que a Sociologia se estabeleceu no pensamento social brasileiro. Seus pioneiros, sobretudo Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971), defenderam o ponto de vista sociológico como capaz de suprir as necessidades de uma “Educação para a sociedade”. Nesta perspectiva a Sociologia assumia a função de ferramenta para a transformação da sociedade e de uma realidade educacional desigual e privatista. Nesta aula analisaremos inicialmente a constituição da Sociologia no Brasil. Em seguida a emergência de uma Sociologia da Educação.



Sala de aula da Escola Caetano de Campos, colégio freqüentado pelas crianças da elite paulistana. A Influência da Escola Nova (Fonte: hid0141.blogspot.com).

A SOCIOLOGIA NO BRASIL

Formação (1840-1930)

Os marcos do nascimento do pensamento sociológico no Brasil são vistos sobre diversas perspectivas pelos autores que buscaram identificar pensadores e obras fundadoras. Oracy Nogueira (1979-1981) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989) situam o nascimento de um pensamento sociológico brasileiro a partir de 1840, enquanto Antônio Candido (1960) aponta a década de 1880 como aquele em se verifica tal processo. Apesar das divergências em relação aos fundadores, alguns traços gerais podem ser indicados quanto aos precursores de uma Sociologia Brasileira. Entre 1840 e 1870 têm-se um período de estudos de ciências sociais caracterizado por se voltarem os estudiosos principalmente para análise dos costumes indígenas. A motivação primordial era conhecer como seriam os nossos antepassados, o “selvagem”, considerado “marca da brasilidade”. A partir de 1870, a sociedade e a cultura do país passavam a constituir o foco da atenção para os estudos que foram se avolumando como o correr do tempo e ainda hoje compõem o objeto preferencial de alguns cientistas sociais. Destacam-se nomes como Silvio Romero, Tobias Barreto, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Tais intelectuais se mostram marcados por um profundo preconceito racial e cultural, que se voltava principalmente contra o africano, cuja presença no cotidiano da sociedade brasileira era muito forte que a do indígena. A existência de uma identidade brasileira agora era posta em dúvida.

Coube aos juristas o papel social dominante no Brasil *oitocentista*, das as tarefas fundamentais de difundir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política. Estes foram os intérpretes por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio a maneira de ver as coisas. Pelo que se vê, esta sociologia era elaborada por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira. Não se registra seu ensino, nem a consciência da pesquisa empírica sobre aspectos delimitados da realidade presente. A vida intelectual brasileira irradiava nas academias de Direito, Medicina e Engenharia, naquilo que posteriormente foi chamado de “bacharelismo”, em que o volume e variedade das leituras, a atualidade dos modismos intelectuais oriundos da Europa eram demonstrados através de exaustivas citações e supervalorização de questões de forma, sobrepondo-se à preocupação com contribuições novas e originais.



Faculdade de Direito do Recife. (Fonte: <http://www.baixaki.com.br>)

Essa sociologia formou-se sob a égide do evolucionismo e do positivismo. Do primeiro recebe as preocupações e orientações fundamentais: 1) obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça) e o geográfico (meio); 2) preocupação com as etapas históricas; 3) gosto pelos estudos demasiados gerais e as grandes sínteses explicativas. Em relação ao positivismo, suas principais contribuições consistiram na lei dos três estados, na classificação das ciências, no esforço do cientificismo que vinha do enciclopedismo e na atitude anti-metafísica a que correspondia uma fase nos problemas do momento. O estado atingido pela Europa era a meta a ser buscada pela sociedade brasileira.

Por fim, nesta primeira fase evidencia-se preocupação na elaboração de uma “teoria geral do Brasil” do ponto de vista de uma evolução social e das características organizatórias, com acentuada preferência pelos aspectos políticos. Importava menos o cuidado da investigação ou o rigor da inferência que a interpretação coerente do país no seu conjunto, para se apontarem “remédios” de ordem político-administrativa. Isto se evidencia em autores como Manoel Bonfim, Alberto Torres e Oliveira Viana.

CONSOLIDAÇÃO

(1930-1964)

A década de 1930 marca o afastamento das primeiras perspectivas. Há uma evidente sistematização do ensino das ciências sociais através de cursos superiores. A Sociologia penetra no universo secundário e superior. A partir das reformas educacionais de Fernando Azevedo (1927 e 1933)

a Sociologia é incluída nas escolas normais, nos cursos de aperfeiçoamento e complementares. São fundados os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais, figurando a Sociologia entre as matérias, com destaque para a *Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo* (1933), o curso de *Ciências Sociais da USP* (1934) e na *Universidade do Distrito Federal* (1935). Além dos espaços acadêmicos, as contribuições sociológicas se verificam em diversas instituições de pesquisas pelo Brasil, como em Recife (Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Católica) e no Rio de Janeiro (Fundação Getúlio Vargas), dentre outros. Surgem também vários manuais e compêndios que permitem a divulgação científica e a ação sobre um público mais amplo.

A Sociologia começa a ser invocada como instrumento de análise social, dando lugar ao aparecimento de um número apreciável de cultores especializados. À necessidade de se conhecer melhor a realidade nacional para sobre ela se atuar de modo mais eficiente, dentre os primeiros alunos, os engenheiros constituíam o maior contingente, seguindo-se dos advogados, dos médicos e pessoas com outras formações. Também são marcos deste período a publicação de livros notáveis, de grande impacto sobre o pensamento brasileiro: *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, *Evolução Política do Brasil* (1933) de Caio Prado Júnior e *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda. Enfim, neste período destaca-se a chegada de professores estrangeiros, levando-os a um confronto com um pensamento sociológico formado a aproximadamente um século.



(Fonte: <http://www.sebodomessias.com.br>).

A PROFISSIONALIZAÇÃO

(1964)

Nesta década se configura a profissionalização. Entretanto, vale ressaltar que nossos primeiros sociólogos de formação na sua grande maioria possuíam também outros cursos superiores. A falta de perspectiva profissional fazia com que os alunos tivessem ou curso paralelo ou uma profissão definida. Os primeiros diplomados geralmente se encaixavam no serviço público federal, estadual e municipal, em autarquias, empresas privadas, órgãos de “classe”, enfim, onde descobrissem ou criassem uma oportunidade de emprego. O magistério também se constituía uma das principais frentes de trabalho nas próprias instituições formadoras e da rede de ensino normal. Apenas uma minoria se dispersava por atividades profissionais com vaga ou nenhuma relação específica com a formação obtida no curso.

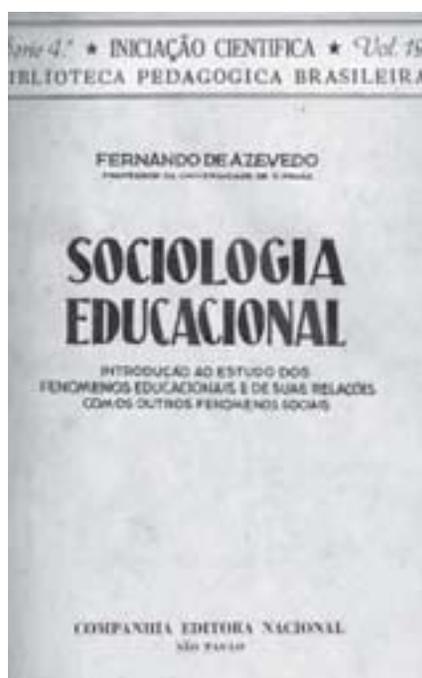
Após 1964 os cursos de Ciências Sociais no Brasil sofreram o impacto de eventos e medidas que tenderiam a diminuir sua atratividade em relação aos jovens egressos do curso secundário e a tolher sua expansão: a desorganização de centros de ensino e pesquisa, pela prisão, demissão ou aposentadoria de especialistas; o veto do presidente Castelo Branco ao projeto de regulamentação da profissão; modificações no curriculum e no crédito de acesso ao magistério, nos cursos que contribuía para o mercado de trabalho dos concluintes. Tais efeitos foram parcialmente contrabalanceados até princípios de 1970 pela ênfase dada às atividades de planejamento, em âmbito federal, estadual e municipal, em empresas de economia mista, em empresas privadas e órgãos de “classe” mais dinâmicos. Nessas atividades de planejamento engajavam-se equipes multiprofissionais em que o sociólogo, geralmente, era incluído.

Em relação a pós-graduação, além do prosseguimento dos cursos nascidos a partir de 1930, como o de Antropologia Social do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e o de Ciências Sociais na USP, surgem outros diferentes em todo o País nas universidades federais e católicas, ou sob o patrocínio de outras instituições universitárias, como o conjunto Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Em 1979 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) registrava em 1987 16 cursos de pós-graduação, em sua grande maioria, surgidos a partir de 1970. Atualmente (2009) existem 43 programas de Sociologia recomendados pela CAPES, que oferecem 71 cursos distribuídos em Doutorado, Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional (<http://www.capes.gov.br>).

A SOCIOLOGIA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Final, o que todas estas informações têm a ver com nossa disciplina? Este panorama é fundamental para entendermos que a Sociologia da

Educação no Brasil seguiu o caminho na institucionalização das universidades a partir da década de 1930. Neste período Fernando de Azevedo torna-se titular de Sociologia na USP, sendo professor de Florestan Fernandes (1920-1995) e Antônio Cândido (1918). Ainda nessa década o professor Azevedo escreve uma das mais importantes obras teóricas de Sociologia da Educação no Brasil, publicada em 1940, intitulada *Sociologia Educacional*. Neste livro o autor lança as bases para a compreensão desta área da Sociologia, destacando-a como um campo de conhecimento para a sociedade. Nesta perspectiva, seu projeto deveria ser científico, além de uma Sociologia aplicada à Educação, necessário no momento de afirmação institucional desta ciência (COSTA; SILVA, 2002).



(Fonte: <http://www.sebodomessias.com.br>).

Vale destacar que nosso “primeiro sociólogo da Educação” reivindicava para si a condição de herdeiro legítimo da tradição durkheiminiana. Fernando Azevedo declarou sua filiação teórica à obra de Emile Durkheim. Na sua conhecida obra *A cultura brasileira* (1943) o objeto é a estrutura e o comportamento dos grupos humanos no tempo e no espaço, com a sociedade sendo definida como síntese dos indivíduos, tendo propriedades e características específicas que só se revelam no complexo que formam por associação, como nos aponta Bruno Bontempi Junior:

“A opção de Azevedo pela análise da cultura e da educação brasileira enquadra-se igualmente no âmbito da Sociologia do mestre da Sorbonne. Pois, se cada sociedade, localizada em seu tempo e espaço,

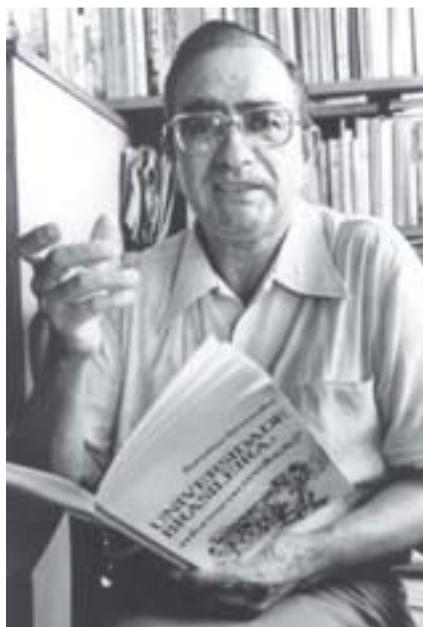
possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível, que resultou dos costumes e idéias produzidos pela vida comum, que depende de causas históricas e que expressa as necessidades das gerações passadas, então, para que se possa determinar em que deve consistir a educação e quais devam ser as suas finalidades, faz-se necessário saber em que o preparo das gerações mais jovens consistiu e a que necessidades atendeu ao longo da história” (BONTEMPI JUNIOR, 2005: 49-50).

No terceiro tomo de *A Cultura Brasileira* adota-se a perspectiva durkheiminiana da Educação como um fato social por natureza, origem e finalidade, que deve ser explicada na organização social e por ela. Isso se evidencia quando se interpreta os sistemas educacionais e sua adequação às demandas sociais da nação em seus momentos históricos sucessivos.

Este quadro começou a mudar a partir da década de 1950. Naquele momento havia no Brasil uma Sociologia institucionalizada, uma Sociologia da Educação abandonada e jovens sociólogos, recém egressos das universidades e pós-graduados no exterior. Nesta década se constata a entrada de metodologias que procuraram estabelecer fronteiras com a atividade mais ensaística e as pesquisas quantitativas se multiplicam, por influência norte-americana, tornando os estudos de comunidades quase uma moda intelectual. Entretanto, a estrutura institucional era precária, principalmente no financiamento de pesquisas. Possivelmente devido a estas dificuldades muitos sociólogos se voltaram a pesquisas educacionais, embora não demonstrassem interesse definido pela Educação. Isto se deu em volta do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) criado por Anísio Teixeira [Criado em 1955, o CBPE era subordinado ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão do Ministério da Educação e Cultura. Desde 1952, o INEP foi dirigido por Anísio Teixeira, que foi também o primeiro diretor do CBPE. Sua criação permitiu aflorar significativa discussão quanto ao conceito de pesquisa educacional e à definição do papel da ciência – especialmente no caso das ciências sociais – na investigação dos problemas da escola brasileira e na busca de suas soluções]. De acordo com Marcus Vinícius da Cunha (2004), os centros de pesquisas significavam um passo decisivo no processo de renovação educacional desencadeado nos anos de 1930. Para renovar a Educação, era preciso, antes de tudo, olhar os fatos escolares por intermédio da ciência, o que possibilitaria planejar racionalmente as ações político-administrativas voltadas à superação dos entraves nessa área (CUNHA, 2004).

Aos poucos jovens sociólogos como Darcy Ribeiro (1922-1997) e Florestan Fernandes se envolveram com o CBPE e com o tema educacional. Porém, a maioria dos pesquisadores utilizou o financiamento do

Centro para desenvolver suas pesquisas individuais, muitas vezes sem mencionar o tema da Educação. Acima disso estava a necessidade de compreender a cultura brasileira, sendo que a escola ocupava papel pouco relevante nessa cultura. A Educação nesta ótica era compreendida como socialização (COSTA; SILVA, 2002).



Florestan Fernandes (Fonte: <http://www.algosobre.com.br>).

Nesta fase emergem inúmeros conflitos entre os pesquisadores da Sociologia da Educação no Brasil. Como o CBPE estava vinculado ao Ministério da Educação, o estudo sociológico deveria oferecer subsídios para políticas públicas nessa área, sobretudo para a reforma do sistema educacional. A Educação não era o foco primordial, mas um caminho para o estudo de outros temas mais em voga, como industrialização e urbanização. O conflito centrava-se sobretudo na questão da autonomia crítica dos pesquisadores e o caráter científico de sua produção. Na perspectiva dos educadores e professores, as pesquisas do Centro eram acadêmicas demais, não respondiam aos seus anseios práticos. Este projeto entra em crise completa com o crescimento da importância da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, a derrota dos jovens sociólogos em sua disputa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 e o golpe militar de 1964. Com o endurecimento da ditadura, os sociólogos são retirados de cena (COSTA; SILVA, 2002).

Durante a *tutela militar* (1964-1985) ocorre novo impulso à institucionalização universitária. Como vimos anteriormente, cria-se o sistema de pós-graduação institucionalizado definido áreas, entre elas a Sociologia,

que se fortalece em sua produção teórica e cuidados metodológicos, mas se distanciou do tema educacional. São criadas as Faculdades de Educação e, apesar do pouco espaço formal para as pesquisas, os departamentos começam a desenvolver trabalhos nessa área. Ao contrário do período de domínio do CBPE, quando as pesquisas tinham forte vínculos com o Estado ou com o planejamento de políticas públicas, agora as investigações sociológicas assumem caráter de denúncia, sendo metodologicamente fracas e seguindo linha denunciativa da Sociologia daquele momento. Aplicavam-se modelos de forma simplista, sem preocupações com as especificidades nacionais. Foi reforçada a percepção da Educação como socialização. Seguindo orientação marxista, a Educação formal era considerada alienante ou legitimadora da exploração.

Apesar do enfraquecimento da disciplina e de suas instituições, os Sociólogos da Educação continuaram a produzir pesquisas sobre o sistema escolar.

“No CBPE, alguns fundadores como Jayme Abreu e João Roberto Moreira dedicaram-se a estudos institucionais praticamente até a extinção do órgão, em 1977. Aparecida Joly Gouveia levou à frente estudos empíricos, abrindo uma nova vertente de desenvolvimento para a sociologia da educação no Brasil. Na USP também, alguns “herdeiros” do pensamento de Florestan Fernandes se voltaram para a pesquisa educacional, como é o caso de Celso de Rui Beisiegel. É importante mencionar ainda o nome de Luiz Antônio Cunha, que produziu trabalhos de grande repercussão, a partir dos anos 1970.” (COSTA; SILVA, 2002: 106)

Por fim, apesar da suposta ausência de balanços mais atualizados, pode-se afirmar que a partir da fase iniciada em 1964 percebe-se a predominância de estudos de natureza econômica, incentivados por organismos da administração federal e por fontes externas de financiamento. Temas como “Educação como investimento”, “custos da Educação” e “a escola e a demanda de profissionais de diferentes níveis” são frequentes em documentos pragmáticos.

CONCLUSÃO

A nossa tradição sociológica tem apresentado significativa contribuição ao estudo da realidade educacional brasileira. Nesta aula não se pretendia esgotar tais contribuições. O tema é muito amplo. Possivelmente muitos autores e obras não foram citados, pois não caberiam numa aula, mas sim como conteúdo para uma disciplina acadêmica. Entretanto, gostaria de encerrar informando que apesar da vasta

produção sociológica, o diálogo entre Sociologia e Educação é cada vez mais dificultado por preconceitos de ambas as partes. Da primeira se constata a reprodução da divisão das faculdades de filosofia, ciências e letras, nas quais o importante seria a pesquisa dos departamentos científicos, tornando a formação dos professores um subproduto de luxo. Da outra parte, se evidencia preconceito quanto ao “excesso” de preocupações teórico-metodológicas que permeiam a seara sociológica. Dizem alguns educadores que a Sociologia é “abstrata” e não atendem as funções práticas. Isto pode ser constatado nos raros diálogos entre pesquisadores, nos poucos trabalhos de mestrado e doutorado defendidas sobre o tema educacional nos programas de pós-graduação em Sociologia.

RESUMO

A constituição do pensamento sociológico no Brasil está dividida em três fases. Na primeira (1840-1930) os primeiros estudos estavam focados na questão da identidade nacional, na busca da “brasilidade” e no cultural. Esta “Sociologia” foi elaborada por intelectuais não especializadas, sobretudo bacharéis que interpretaram a realidade brasileira a luz do evolucionismo e do positivismo. Na segunda fase (1930-1964) ocorre sua consolidação, com a sistematização do ensino, criação de cursos, periódicos e a presença de intelectuais estrangeiros. Evidencia-se nesse período preocupações teórico-metodológicas. A partir de 1964 se constata sua profissionalização, com destaques para a constituição da pós-graduação. Sob o impacto da *tutela militar* (1964-1985) o foco passa a ser cada vez mais as contradições sociais brasileiras. A Sociologia da Educação se constitui a partir da segunda fase e seguiu o caminho na institucionalização das universidades a partir da década de 1930. A partir de 1950 devido a dificuldades acadêmicas, muitos sociólogos se voltaram à pesquisas educacionais, embora não demonstrassem interesse definido pela Educação. Isto se deu em volta do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) criado por Anísio Teixeira. Aos poucos emergem inúmeros conflitos entre os pesquisadores da Sociologia da Educação no Brasil. Estes centravam-se, sobretudo, na questão da autonomia crítica dos pesquisadores e o caráter científico de sua produção. Também o diálogo entre Sociologia e Educação esteve cada vez mais dificultado por preconceitos de ambas as partes. A partir da fase iniciada em 1964 percebe-se a predominância de estudos de natureza econômica, incentivados por organismos da administração federal e por fontes externas de financiamento.





ATIVIDADES

“Os problemas educacionais brasileiros, vistos de uma perspectiva macrossociológica, apresentam-se, em grande parte, como produtos de nossa incapacidade de ajustar as instituições educacionais às diferentes funções psicoculturais e socioeconômicas que elas devem preencher e de criar um sistema educacional suficientemente diferenciado e plástico para corresponder, ordenadamente, à variedade, ao volume e ao rápido incremento das necessidades escolares do país como um todo. Quanto ao primeiro aspecto: as instituições educacionais apenas satisfazem, de modo parcial, irregular e insuficiente, as necessidades escolares de setores semi-letrados e letrados, com características ou com aspirações urbanas, da sociedade brasileira. Mesmo o ensino primário que abrange a rede mais extensa, permeável e penetrante de instituições escolares existentes no Brasil, mal atende aos requisitos fundamentais da alfabetização, no seio de uma população escolar constituída, predominantemente, por imaturos extraídos dos referidos círculos sociais. Ele é, na forma e na substância, indiferente aos recursos fornecidos pelo meio social ambiente à educação sistemática e totalmente alheio às necessidades escolares que variam em escala local ou regional. Em conjunto, as escolas não são instituições organizadas para servir as comunidades, em interação construtiva com seus centros de interesses e de atividades; eles visam, ao contrário desenvolver aptidões e um estado de espírito que dá, ao brasileiro letrado, a convicção de que ele não está à margem da ‘civilização’ e do ‘progresso’. Com isso, empobrecem-se as funções potenciais da educação sistemática, em todos os níveis do ensino, e a escola passa a operar, indistintamente, como mero fator de transmissão ou de preservação da parcela da ‘cultura’ herdada através do complexo processo de colonização. Assim se explica como e porque problemas educacionais graves, cujas repercussões negativas são visíveis e notórias, não foram submetidos a nenhuma tentativa de institucionalização, embora seja essa uma esfera na qual a ação voluntária e inteligente encontre certo reconhecimento e aprovação sociais. As instituições escolares não se ajustam, nem estrutural nem funcionalmente, às exigências específicas da porção da sociedade total a que se destinam. Por isso, seu rendimento efetivo só conta no plano para o qual elas estão organizadas, que é o da informação pura e simples, da escola primária à escolar superior. (...) Em suma, as instituições escolares brasileiras estão organizadas para satisfazer as funções estáticas universais da educação sistemática na civilização letrada do Ocidente, mas sem entrosá-las às flutuações socioculturais da vida humana na sociedade brasileira e em completo detrimento das potencialidades dinâmicas da própria educação sistemática.” (FERNANDES, 1985: 416-418).

O trecho exposto foi escrito por Florestan Fernandes em 1960. Diante do que se lê, responda as seguintes questões:

1. Na perspectiva do autor, qual seriam as razões do dilema educacional brasileiro?
2. As críticas de Florestan Fernandes ainda são pertinentes?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Responda estas questões pesquisando na *Internet* textos contemporâneos de sociólogos brasileiros que tematizam a Educação, sobretudo os sistemas escolares. Após pesquisa e leitura, discuta com os colegas sobre o tema e elaborem um texto coletivo.

PRÓXIMA AULA

Educação como Socialização: como nos tornamos membro de uma sociedade.



AUTO-AVALIAÇÃO

Sou capaz de perceber as fases da Sociologia Brasileira?
Consigo apontar as características da Sociologia da Educação no Brasil?



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. Os sistemas escolares. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M (orgs.). **Educação e Sociedade**: leitura de sociologia da educação. 12 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985. p. 138-149.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. A previsível e invisível de Durkheim na historiografia da educação brasileira. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 47-61.

CÂNDIDO, Antônio. “A Sociologia no Brasil”. In: **ENCICLOPÉDIA DELTA-LAROUSSE**. Rio de Janeiro: Ed. Delta, v. 5, 1960.

- COSTA, Márcio da; SILVA, Graziela Moraes Dias da. Amor e desprezo: o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, Jan/Fev/Mar/Abr 2003, p. 101-120.
- CUNHA, Marcos Vinícius da. Ciência e Educação na década de 1950. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, Jan/Fev/Mar/Abr 2004, p. 116-126.
- _____. Florestan Fernandes, arquiteto da razão. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 219-237.
- FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. O dilema educacional brasileiro. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M (orgs.). **Educação e Sociedade**: leitura de sociologia da educação. 12 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985. p. 414-441.
- MELO, Manuel Palácios da Cunha. **Quem explica o Brasil?** Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (org.). **História das Ciências no Brasil**. V. 3. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979-1981, p. 183-234.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina e contribuição européia: o caso brasileiro. **Ciência e Cultura**, n. 41, abril-1989, p. 378-388.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- TEIXEIRA, Anísio. A educação escolar no Brasil. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M (orgs.). **Educação e Sociedade**: leitura de sociologia da educação. 12 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985. p. 388-413.